

RELATÓRIO – EIXO TEMÁTICO: REDES DE COOPERAÇÃO
GRUPO DE TRABALHO 06: OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS E FINANCIAMENTOS

1. NOME COMPLETO DO RELATOR	2. E-MAIL
Marina Elisa Balerine da Silva	Marina_unesp@yahoo.com.br

1. INÍCIO

Dia 23 de Junho de 2005

II. Eixo Temático das Ações da Rede de Cooperação Central Paulista – Itália. Incentivos e Apoio à Inovação e Transferência de Tecnologias como Instrumentos de Desenvolvimento Regional.

Grupo de Trabalho 6: Oficina de Capacitação em Gestão de Projetos e Financiamentos e Políticas de Desenvolvimento Sócio-Institucional.

Moderador: Pedro Wilson Guimarães

Conferencista 1: Cláudia Brandão de Serpa – Caixa Econômica Federal

Conferencista 2: Aníbal Sales Bastos – SEBRAE

2. CONFERENCISTA 1: Cláudia Brandão de Serpa

Inicia sua apresentação explicando a questão das informações sobre os municípios, e como essa questão é importante. O Sistema de Informações Municipais – SIM, contém informações atualizadas anualmente sobre todos os municípios brasileiros. Esse sistema, além de conseguir identificar as reais necessidades da população, funciona como fator decisório na aprovação de financiamentos prioritário da CEF, nos quais o processo de diagnóstico é mais pautado, ou seja, o pleito está convergente com a realidade municipal.

Através de sua apresentação pelo Power Point explanou sobre o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Administração e Arrecadação Fiscal, o PNAFM. Os objetivos desse programa é auxiliar o cumprimento das obrigações fiscais, induz o desenvolvimento local, pois busca uma visão estruturante do território, melhorar o desempenho da gestão pública, apoiar a

questão orçamentária, na medida que busca melhoria da arrecadação. Seu recurso para o financiamento vem o Tesouro Nacional, então, vê-se um empenho real para a melhoria da arrecadação.

Para que ele ocorra, há todo um respaldo da assistência técnica da Caixa Econômica Federal. Seguindo as instruções da assistência Técnica da Caixa é possível obter financiamento para outras necessidades do município, tais como Saneamento, Educação, etc. Outros facilitados do PNAFM são, não há exigência de autorização de endividamento, capacidade de pagamento e não está contingenciado pelo CMN, pois, há a certeza de que esse programa trás a melhoria progressiva e imediata da arrecadação, assim, o município terá ascensão em sua renda e poderá pagar para a CEF. Logo, é de fácil acesso aos Municípios.

O PNAFM tem um conjunto de aplicativos que são trabalhados conjuntamente e que vem no “pacote” do programa. São um guia que mostram como uma administração deve trabalhar pra funcionar melhor. Os aplicativos são: a gestão tributária, a gestão financeira, a administração dos recursos humanos, compra, materiais e patrimônio, atendimento, ouvidoria, protocolo, legislação e informações gerenciais. Essas questões são trabalhadas obrigatoriamente junto ao softwear do programa.

As etapas para a contratação do PNAFM são: o município deve assinar um termo de adesão se comprometendo e se declarando a favor dos princípios do programa. Depois o município deve criar uma unidade administrativa com pessoal dedicado somente a dar andamento ao programa, dedicados ao sucesso do PNAFM. É feito um levantamento de dados estratégicos para o município, a partir desses dados é feito um projeto de ação dentro das áreas de gestão acima mencionadas. Logo depois, passa-se este projeto para o Tesouro Nacional, que autoriza o pagamento. Espera-se a autorização legislativa da Câmara do Município no qual será realizada a instalação do programa.

É um programa de fácil acesso, de etapas simples, ágil, e a CEF têm interesse em dar acessória àqueles, com prazo de execução daqueles projetos de três anos, prazo de carência de quatro anos, e prazo de retorno de dezesseis anos. NO total, são vinte anos para pagar. A comissão de crédito é de 0,25% sob o crédito não liberado, a insperção de vigilância é de 1% de cada valor liberado. A remuneração da caixa é de 0,5% nos primeiros quatro anos e de 0,3% nos demais, e o juros do BID é de 4,42% ao ano, esse valores em reais.

O que causou a CEF a produzir um programa assim foi o Estatuto da Cidade, que estabelece nova lógica às questões do desenvolvimento urbano, uma maior participação do gestor do solo urbano em relação ao uso do solo, da propriedade, a Lei de Responsabilidade Fiscal, com essa nova organização administrativa fiscal. A CEF quer estar apoiando os cadastros imobiliários, a atualização da planta de valores, que é fundamento pra cobrança do IPTU. Também, o cadastro

de fundo multifinalitário, que pode ser feito com recurso do PNAFM, e é fundamental na obtenção de informações sobre o que acontece no município em questões públicas, é fundamental estrategicamente. E também, o Plano Diretor, que é a concretização do Estatuto da Cidade no plano do município, que serve como direcionador de investimentos.

Municípios até cinqüenta mil habitantes tem acesso a um modelo simplificado. É um financiamento de cinqüenta mil reais, um pacote “enxuto”, vem com equipamentos e softwear para ou atualizar a planta de valores ou iniciar um processo de Plano Diretor. Municípios com mais de cinqüenta mil habitantes tem um financiamento maior, até trezentos mil reais, e tem um pacote mais flexível em relação aos instrumentos de gestão.

Esclarece que espera que os municípios procurem a CEF, pois tem pessoal especializado que pode estar apoiando a montagem do projeto, e que a CEF de Brasília sempre está disponível para eventuais dúvidas ou auxílios.

Preocupa-se com a espera dos municípios pelo convênio, e que projetos sejam realizados somente após a realização desses. Sugere que esse municípios procurem a CEF, que possui profissionais que podem oferecer consultoria.

Acredita que a CEF pode proporcionar ações antes mesmo do consorcio ser aprovado. Pensa na questão da sustentabilidade do desenvolvimento local, na formação de Arranjos Produtivos Locais – APLs, na organização institucional dos municípios.

3. CONFERENCISTA 2: Aníbal Sales Bastos

Inicia sua apresentação pelo Power Point enfocando nos projetos passados do SEBRAE. Muitos desses projetos eram elaborados com a maior cautela possível, mas suas metas finais não eram alcançadas por não conseguirem atingir as necessidades reais do público-alvo do projeto. Notou-se também uma outra falha; o acompanhamento e o monitoramento eram deficientes.

Optou-se por mudar o foco e a orientação inicial do projeto para o beneficiário. Essa opção causou uma verdadeira revolução na gestão, que passou a ser voltada para resultados através do Sistema de Gestão Orientada para Resultados, o SGEOR.

A Gestão Estratégica Orientada para Resultados no SEBRAE tem quatro direcionadores principais: o direcionamento para os beneficiários (construção do projeto junto à população), o foco em resultados finalísticos, o adensamento da visão estratégica, e intensidade, prontidão e proximidade da ação gerencial.

O objetivo prioritário dessa gestão estratégica era alavancar, a curto prazo, a capacidade do Sistema SEBRAE e seus parceiros de produzirem e medirem benefícios relevantes para a sociedade e para as micro e pequenas empresas.

Para a elaboração e gestão desses projetos eram necessárias etapas de estruturação e contratualização, que é o planejamento de projetos a partir de pactuação contratual com parceiros, com definição de metas para cada um deles e a compreensão do compromisso assumido. De gerenciamento, que segue com o intuito de transformar o que consta nos contratos em fatos reais. É a fase de acompanhamento das ações, elaboração dos marcos críticos, identificação das necessidades do projeto. É também nessa fase que estabelecem-se metas intermediárias a serem alcançadas. De monitoramento, coleta de informações durante a execução do projeto para tomar conhecimento de medidas corretivas necessárias no curso de sua implementação. E de avaliação, que verifica os resultados finalísticos, se estão realmente atingindo o público-alvo da forma desejada e objetivada pelo projeto.

Essa mudança no sistema de elaboração e gerenciamento de projetos teve consequências em vários níveis organizacionais. Ao nível estratégico proporcionou à organização maior visualização dos resultados de seus projetos e confiança para realizá-los obtendo o resultado pré-estabelecido, maior transparência ao decorrer das fases do projeto, e fortalece a integração entre planejamento, alocação de recursos, execução, monitoramento e avaliação. No nível tático, a gestão possibilitou a integração das diversas áreas da organização, amplia a capacidade de supervisão e controle, explicita os compromissos e responsabilidades de todos os envolvidos, além de estimular parcerias para chegar aos resultados. Ao nível operacional, amplia a capacidade de resposta às demandas locais, melhora índices de implementação, melhora a comunicação entre equipes da organização, estimula o empoderamento dos gerentes de projeto e permite que os projetos desenvolvidos nasçam e respondam à demanda local.

Esse sistema de gerenciamento amplia a capacidade de resposta do SEBRAE. Hoje são mais de 370 projetos em andamento no Brasil. Fica claro que essa gestão valoriza a população e o representante local.

4. ARGUMENTADOR: Paulo Borges – ACMB

Acredita que é preciso ampliar a capacitação dos municípios de gerir e financiar seus projetos e atividades. A Caixa Econômica Federal e o SEBRAE sem completam nos quesitos necessários para os municípios. É o financiamento e a capacitação caminhando juntos. Por isso, é necessário identificar as dificuldades desses dois órgãos em contactar os municípios. Explana sobre a importância do planejamento estratégico municipal, sempre deve buscar informações para construir táticas de desenvolvimento, para atingir objetivos, e esse objetivo depende unicamente do projeto.

Fica claro que a CEF se preocupa com a administração pública municipal, inclusive com a elaboração do SIM. Ela quer o desenvolvimento integrado, não somente com vantagens econômicas, mas culturais, educacionais.

É necessário aprender a gerir projetos, agilizar a máquina pública, identificação rápida de metas e objetivos, desenvolver estratégias e, finalmente, realizar.

Existe a oportunidade de aprendermos muito com a cooperação Brasil-Itália, mas também é necessário que possamos aproveitar muito bem essa oportunidade. O primeiro passo já foi tomado, que é a articulação entre prefeitos da região para a integração.

Explica que é importante uma pesquisa sobre a situação da gestão pública das cidades envolvidas. Assim, seria mais fácil identificar no que auxiliar os municípios, atuando não somente com a população, mas com o poder que irá dar continuidade a esse projeto.

Acredita que as comissões estão em fase de agregar informações. A decisão sobre quais projetos devem ser implementados deve ser acompanhada pelos italianos. Acredita na importância da participação do SEBRAE e da CEF, pois a intensão é que se tornem parceiros fixos nessa luta por desenvolvimento conjunto, parceria é igual a sinergia.

Cada município tem suas particularidades e quer ser respeitado, não perder sua autonomia. Essas características mal trabalhadas tornam-se barreiras.

Acredita que o obstáculo jurídico sobre o convênio se coloca presente, pois convênios públicos são relativamente novos, e algumas questões ainda estão por serem resolvidas.

A experiência da Itália mostra como o modelo desenvolvimentista não pode ser centralizado pela União.

5. ARGUMENTADOR: Remi Castioni

Explanou sobre a cooperação Brasil – Itália. Que as regiões italianas de Umbre, Marche, Toscana e Emília Romana realizaram um convênio, de Cooperação Técnica, oficial através do Governo Federal. Houve intercambio de informações e reuniões na Itália, além de um seminário em Dezembro de 2004 em Brasília. Tudo revela um grande interesse em concretizar relações com os municípios brasileiros.

A Itália vêm perdendo participação relativa com o Brasil nas trocas internacionais. Logo, fica clara a vontade desse país de se manifestar. Numa economia globalizada, existem interesses comerciais, mas há, também, uma oportunidade de troca de experiências com um país que ainda mantém a cooperação regional viva, enquanto a Europa, de uma forma geral, vem perdendo essa característica.

Para exemplificar como essas trocas podem nos beneficiar, no sul do Brasil, a região de

Emilia Romana ajudou o Movimento Sindical Brasileiro de Economia Familiar a se estruturar, inclusive financeiramente.

A primeira fase desse projeto piloto Cooperação Brasil-Itália, foi identificar quais regiões no Brasil poderiam participar. Definiram-se as regiões do eixo Araraquara-São Carlos, Juiz de Fora, Santa Maria (RS), Manaus (AM), Piauí e o território da Mantiqueira, incluindo a área de preservação ambiental. Dessas regiões foram eleitos comitês de gestão, cuja responsabilidade é elaborar um diagnóstico de suas regiões. Na próxima visita da comissão italiana, que deverá acontecer por volta de Agosto de 2005, essas comissões deverão, então, decidir quais ações irão adotar, de acordo com o diagnóstico apresentado.

A diferença dessa experiência daquelas apreendidas anteriormente, é que o município passa a ser o ator central, todas as informações necessárias emanam dele.

6. ARGUMENTADOR: Yashiro Yamamoto

Esclarece mais sobre a Cooperação Brasil-Itália. Cidades de Gavião Peixoto, Araraquara, São Carlos, Ribeirão Bonito e Ibaté terão que apresentar propostas de melhoria e integração, através de seus comitês gestores, formados por membros indicados pelos próprios prefeitos. Haverá um encontro entre as comissões das cidades que estão no projeto piloto do convênio, para acompanhar a evolução na elaboração de projetos e diagnósticos e assim, apresentá-los à comissão italiana.

Ainda não está firmado juridicamente o Convênio, pois não foi decidido se esse será registrado como um convênio público ou privado. A articulação jurídica está sendo realizada por advogados da prefeitura de São Carlos. Mas as câmaras dos vereadores de cada município já autorizaram o convênio.

Alguns dos projetos que serão apresentados para a comissão italiana serão sobre desenvolvimento em atividades agrícolas, Tele Centros, Escolas do Futuro, disk tecnologia e economia da cultura, cujo coordenador é Osvaldo Zaniolo.

7. ARGUMENTADOR: Carlos Kopicaki – Representante do prefeito de Diadema

Apresenta a experiência do ABCD Paulista, que há alguns anos atrás apresentava um projeto de convênio entre 82 municípios, aproximadamente. Houve a formação de uma Câmara Regional, com representação da sociedade civil organizada e com mais de 200 instituições, que pressionou o governo para a formação de um convênio que respeitasse a limitação dos

municípios. Hoje esse convênio esta entre 7 municípios e riste à mudança de administração.

8. ARGUMENTADOR: Cláudio Antonio de Mauro

Os municípios devem tomar conhecimento das facilidades de financiamento da CEF e do apoio do SEBRAE na gestão de projetos, para desenvolver o quanto antes as questões organizacionais dos seus municípios. Dessa forma será possível elaborar estratégias desenvolvimentistas seguindo o Plano Diretor desenvolvido.

Um dos objetivos do consórcio, é que os municípios menores também sejam beneficiados com o auxílio dos maiores e mais desenvolvidos. Assim é feito o desenvolvimento local, tudo está vinculado, o SEBRAE, a CEF, outros municípios.

9. MODERADOR: Pedro Wilson Guimarães

Iniciou o grupo de trabalho apresentando os conferencistas e a si próprio. Fez introdução ao tema da cooperação, mencionando o Relacionamento já existente entre Brasil e outras regiões do globo, tais como Europa, Estados Unidos da América e América Latina. Mas que, além da cooperação internacional, também se deve pensar na cooperação entre cidades.

Fala que a Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros foi criada para dar aos municípios oportunidades de se conhecerem, demonstrarem suas experiências e democratizar informações. Este fórum acontece para construir caminhos diferentes e relações entre os presentes, provocando um efeito multiplicador.

Enfatiza que existe um problema de comunicação entre cidades, e que isso, muitas vezes, impede o crescimento local como um todo. Parte disso se dá pela falta de aproveitamento de recursos, tais como universidades, institutos de pesquisa, Sebrae. Sem o apoio desses, não será possível a o crescimento.

Colocando uma questão para a representante da CEF, explica que os prefeitos se sentem inibidos por tamanha burocracia para financiamentos. Esclarece que não detinha conhecimento sobre o PNAFM e que deveria haver uma divulgação melhor. Diz, inclusive, que os municípios não procuram parceiros, tais como universidades, pois podem significar resistência a decisões do executivo.

Sugere que meios de comunicação sejam utilizados para divulgar informações de interesse da região e das cidades, inclusive informações sobre eventos como o Fórum de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de cooperação. Propõe que pesquisas sejam

feitas junto à sociedade civil como forma de *feedback* dos projetos que serão implantados. Pela característica de projeto piloto do Convênio Brasil-Itália, acredita que realmente seja melhor ter somente 5 municípios participando.

Volta a tocar no assunto da democratização da informação, ao acesso à informação. Deseja que o que for produzido no fórum seja repassado para outros municípios como forma de inspiração e que as experiências aqui expostas sejam multiplicadas.

Sugere que os projetos contem com a participação de universidades, SEBRAE, CEF, para que tenham continuidade mesmo com a mudança de administração.

10. PROPOSTAS

- 1- Os municípios devem produzir materiais informativos acerca da realidade local, a realização de eventos, inovações em curso e possibilidade de parcerias com outros municípios. O objetivo é democratizar o acesso a informação e ampliar a promoção da integração entre cidades.
- 2- Que os municípios integrantes do projeto de Cooperação Brasil-Itália atuem concomitante à assinatura do convênio (e a conseqüente liberação dos recursos), na estruturação de demandas junto a CEF em especial as possibilidades de cobertura permitidas pelo Programa Nacional de Financiamento de Municípios – PNAFM. A recomendação é que sejam utilizadas na elaboração das propostas a base de informações contidas no Sistema de Informações Municipais – SIM.
- 3- Fortalecimento da articulação entre os municípios com vistas a possibilitar a ampliação de assinaturas de convênios internacionais de cooperação.
- 4- Os municípios apesar de disporem de inúmeras bases informativas sobre a sua realidade, muitas vezes não dispõem de capacidade para interpretá-las e consolidar diagnósticos que orientem as estratégias de intervenção de suas políticas públicas. Como forma de superar esta debilidade foi discutido e recomendado a adoção de sistema que além de compartilhar estas informações possibilite a apropriação destas e a articulação de estratégias locais e regionais de intervenção. Tais ações poderiam compor uma unidade regional de gestão e produção de informações, que implantadas deveriam ser acompanhadas de estratégias de participação e controle social, bem como monitoramento, acompanhamento e controle das ações.

